CORREIO
NO MUNDO

MOLLY RILEY/THE WHITE HOUSE



Departamento de Justiça alega possível fraude nos votos por correio

Trump quer a suspensão de votos de 20 mil eleitores na Califórnia

O governo de Donald Trump pediu à Suprema Corte nesta segunda-feira (2), véspera das eleições de meio de mandato nos Estados Unidos, que impeça temporariamente a contagem dos votos pelo correio de mais de 20 mil eleitores registrados na Califórnia. Segundo o Departamento de Justiça, essas pessoas provavelmente não são cidadãs americanas. A Casa Branca quer que as cédulas sejam separadas das demais e permaneçam fora da apuração até que a cidadania dos eleitores seja verificada. O pedido de emergência foi apresentado depois que um tribunal federal de apelações rejeitou a solicitação na sexta-feira (30), ampliando a disputa judicial em torno das midterms. A lista com os 20 mil eleitores foi compilada pelo governo Trump e enviada às autoridades da Califórnia e do condado de Los Angeles. "Depois que a Califórnia misturar os votos contestados aos legítimos, não haverá como recuperá-los", diz o pedido apresentado à Suprema Corte.

Democratas buscam quatro cadeiras

O governo pede que o tribunal determine ao estado que separe os votos de pessoas incluídas na lista e não os contabilize até que elas sejam confirmadas como cidadãs. O processo solicita que a medida seja adotada provisoriamente, enquanto os ministros analisam o caso. Os republicanos tentam manter o controle do Congresso na eleição desta terça (3). A Califórnia, estado mais populoso do país e reduto democrata, tem 52 cadeiras na Câmara, mais do que qualquer outro. Os democratas precisam ganhar quatro cadeiras para conquistar a maioria.

D&RG RAILFAN VIA WIKIMEDIA COMMONS



Reduto democrata diz que lista do governo é falha e cheia de erros

Ofensiva de Donald Trump contra os eleitores

A ofensiva de Trump contra supostos votos de não cidadãos se intensificou na reta final da campanha. O republicano já fez alegações falsas sobre fraudes eleitorais nos Estados Unidos, inclusive na eleição de 2020, quando foi derrotado pelo democrata Joe Biden. Estudos e auditorias estaduais mostram que votos de pessoas inelegíveis, entre elas não cidadãos, são raros. A Constituição americana atribui aos estados a responsabilidade pela organização das eleições, embora o governo federal tenha poderes de supervisão.

Juiz de Los Angeles negou o pedido

A ação é uma rara intervenção de Washington no processo eleitoral e amplia a disposição de Trump de contestar na Justiça as regras. O juiz federal David Carter, de Los Angeles, rejeitou o pedido na semana passada. "Nunca antes na história dos EUA o governo federal, às vésperas de uma eleição, tentou coagir governos estadual e local a abandonar seus próprios procedimentos eleitorais constitucionais e a se curvar à vontade do Poder Executivo".

Democracia em risco

Carter manifestou preocupação com a confiabilidade dos dados do governo e observou que pessoas recentemente apontadas pelo governo federal como não cidadãs em listas eleitorais de outros estados revelaram-se, repetidas vezes, cidadãos americanos naturalizados. O que, de acordo com o juiz, colocaria a democracia em risco.

Tribunal de Apelações

"Se o Executivo puder desconsiderar votos e ameaçar uma eleição em andamento com base em alegações não comprovadas, então nossa democracia estará em perigo", afirmou.
O Tribunal de Apelações do nono Circuito, com sede em São Francisco, também se recusou, na última sexta-feira, a bloquear os votos.

Postura agressiva

A corte ressaltou a autoridade do estado sobre os procedimentos eleitorais e o "abrangente arcabouço legal da Califórnia para garantir a integridade de suas eleições", incluindo sistema para cancelar registros caso comprove que um eleitor é inelegível. A postura de Trump em relação à forma como os estados conduzem as eleições tem sido cada vez mais agressiva.

Informações sigilosas

O Departamento de Justiça informou às autoridades eleitorais dos 50 estados que elas podem enfrentar processos criminais caso permitam conscientemente que não cidadãos permaneçam nas listas eleitorais ou votem. O órgão perdeu uma série de ações em que buscava obter, de dezenas de estados, listas eleitorais com informações pessoais sigilosas.

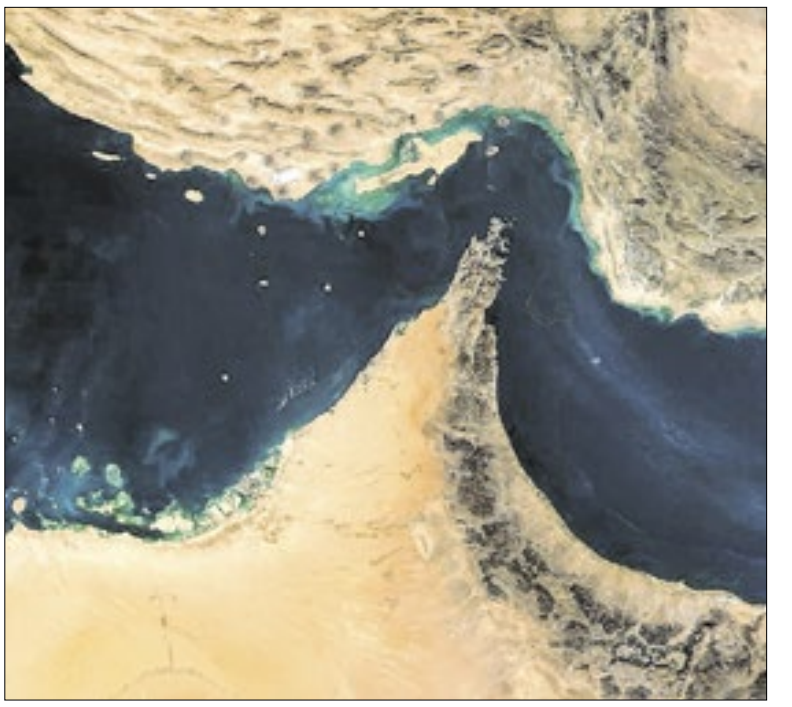
Fim do cerco à Cisjordânia

As forças armadas de Israel anunciaram, nesta segunda-feira (2), o fim do cerco e a retirada completa de suas tropas da cidade de Hebron, na Cisjordânia ocupada. Em declaração à agência de notícias AFP, um comandante militar confirmou a conclusão das operações no local. A ofensiva foi lançada às vésperas das eleições legislativas de 27 de outubro.

Resposta a um ataque

A ofensiva teve início há quase duas semanas, em resposta a um ataque que resultou na morte de dois soldados israelenses. A ação militar forçou o deslocamento de mais de 3.000 palestinos (cerca de 500 famílias).
De acordo com o exército, a operação resultou na apreensão de quatro armas e diversos coletes à prova de balas.

NASA/GSFC VIA WIKIMEDIA COMMONS



Porta-voz da chancelaria afirma que o prazo estipulado demonstra 'boa fé'

Irã propõe reabrir Hormuz em dois dias se EUA aceitarem suas condições

Por **Folhapress**

O Irã afirmou nesta segunda-feira (2) que está preparado para reabrir o estreito de Hormuz em até dois dias, e não em sete, como previa a proposta anterior, caso Washington aceite suas condições. A rota marítima, bloqueada por Teerã desde o início da guerra, transportava um quinto do consumo mundial de petróleo antes do conflito.

"A possibilidade de implementar esse plano em dois dias é mais uma demonstração da postura de boa-fé do Irã", disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Esmaeil Baqaei, a jornalistas. "Declaramos que, se as exigências do Irã forem atendidas, será possível restabelecer a segurança no estreito de Hormuz e retomar o processo de negociação."

Baqaei afirmou que mensagens continuam sendo trocadas com os EUA por meio de mediadores e que "tudo depende" de Washington aceitar as exigências iranianas. "Somente então poderemos discutir as etapas seguintes", acrescentou.

Os contatos para pôr fim à guerra de oito meses continuam, segundo Teerã, após dias de negociações iranianas com mediadores do Qatar terminarem com novas propostas, mas sem avanços decisivos. O chanceler Abbas Araghchi reforçou a oferta: "Se os EUA aceitarem nossas condições, o estreito de Hormuz será reaberto e as negociações serão retomadas".

O presidente Masoud Pezeshkian informou, segundo a Irna, que o líder supremo do Irã, Mojtaba Khamenei, concedeu "poderes" aos representantes do regime nos esforços para pôr fim à guerra, sem especificar quais seriam.

As declarações ocorrem enquanto Donald Trump faz novas ameaças contra o país persa. Nos últimos comícios de campanha para as eleições de meio de mandato, o presidente americano adotou um tom beligerante. "A única razão pela qual ainda não terminei com o Irã é que quero ser gentil. Quero tentar salvar todas aquelas vidas, se puder. Mas, em algum momento, teremos que usar o martelo contra eles", disse a eleitores em Iowa.

Ele não descartou novos ataques contra alvos militares, como a montanha Kolang, suspeita de abrigar um complexo nuclear subterrâneo. Baqaei afirmou que qualquer agressão será respondida com "uma resposta poderosa, imediata e abrangente".

Teerã mantém o bloqueio de Hormuz desde fevereiro, o que provocou uma disparada nos preços da energia e criou um desafio eleitoral para Trump.

Em entrevista à Al Jazeera, divulgada no domingo (1º), Araghchi disse que Washington precisa aceitar uma nova rota, acordada entre Irã e Omã, para a passagem de embarcações, além de suspender as sanções e reduzir o número de tropas americanas na região. Desde agosto, a Casa Branca anuncia novas sanções, como parte do que classificou de "asfixia econômica" do Irã.